



A DIMENSÃO DA IDENTIDADE EM ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS: UM DIÁLOGO ENTRE TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E FRONTEIRAS

THE DIMENSION OF IDENTITY IN BORDER SPACES: A DIALOGUE BETWEEN TERRITORIALITY, IDENTITY AND BORDERS

Giuliano Silveira Derrosso*
Mauro José Ferreira Cury**

RESUMO

Este artigo propõe-se a discutir e propor novas dimensões para o estudo da identidade, quando relaciona tal conteúdo com as questões de territórios, territorialidades e fronteiras. É possível encontrarmos, na literatura da área, autores que procuram evidenciar a dinâmica identidade-território, entretanto os estudos não alcançam a discussão da identidade dentro do contexto da territorialidade fronteira. Para tanto, este artigo propõe o tema da *Identidade Transfronteira* como uma alternativa para o estudo da construção das identidades pessoais de indivíduos que ocupam territórios transfronteiriços, locais onde as fronteiras naturais determinam as influências, significações e identificações desses indivíduos. Como proposta teórica, a Identidade Transfronteira traz elementos para refletirmos o dinamismo da vida fronteira e os processos individuais, de constituição dos sujeitos, que essa realidade (re)cria cotidianamente.

Palavras-chave: Identidade. Territorialidade. Subjetividade. Transfronteira.

ABSTRACT

This article proposes to discuss and propose new dimensions for the study of identity, when it relates this content to the questions of territories, territorialities and borders. It is possible to find, in the literature of the area, authors who seek to envy the identity-territory dynamics, however the studies do not reach the discussion of identity within the context of border territoriality. To this end, this article proposes the theme of transborder identity as an alternative to the study of the construction of the personal identities of individuals occupying cross-border territories, where natural boundaries determine the influences, meanings and identifications of these individuals. As a theoretical proposal, the transfrontier identity brings elements to reflect the dynamism of border life and the individual processes, of the constitution of the subjects, that this reality (re) creates daily.

Keywords: Identity. Territoriality. Subjectivity. Cross-Border.

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu), Mestre em Administração (UEM). Graduado em Psicologia e Administração. Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC) E-mail: gderrosso@yahoo.com.br

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Pós Doutorado em Geografia pela UFPR (2013) e Turismo, Lazer e Patrimônio pela Universitat de Barcelona (2015). Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Docente no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE – Foz do Iguaçu) Email: maurojfc@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuraremos subsídios teóricos para compreensão da interrelação dos conceitos de identidade, territorialidade e de fronteiras, ou seja, procuraremos explorar, de forma teórica, como se dão as definições das identidades pessoais e sociais dentro de territorialidades demarcadas por fronteiras.

A temática da identidade já possui inúmeros estudos que exploram o seu conceito, desenvolvimento, re (construção), a perspectiva da identidade social e pessoal, enfim, um conjunto de conhecimentos das ciências sociais e psicológicas que se propõem a compreender determinado fenômeno (HABERMAS, 2009; ERIKSON, 1987; CASTELLS, 2008; GIDDENS, 2002; HALL, 2006, BAUMANN, 2004). Da mesma forma, também é possível verificar na literatura a discussão dos conceitos de território, territorialidades e fronteiras, principalmente, em uma abordagem mais moderna, considerando aspectos subjetivos e sociais dessas temáticas (GOTTMANN, 1980; RAFFESTIN, 1984; CALABI, 1974, BOURDIEU, 1996). Mas, por outro lado, não encontramos uma discussão teórica e empírica sobre como se estabelecem as relações da identidade em contextos de fronteira, ou mais especificamente, como que o indivíduo constitui sua identidade em contextos marcados pela diversidade linguística, cultural, social, econômica e política, relativas ao território fronteiriço.

A partir da problemática apresentada, o artigo propõe responder à seguinte questão: como ocorre a (re)construção de identidades pessoais, a partir das territorialidades marcadas por fronteiras? Logo, o objetivo central deste artigo é procurar uma nova articulação e dimensões possíveis no estudo da identidade, considerados os territórios e territorialidades permeadas pela fronteira, seja natural ou artificial.

Primeiramente, o artigo propõe-se a discutir a temática da identidade procurando trazer conceitos e definições do estudo deste tema, enfocando desde uma abordagem mais clássica até a avaliação dos sociólogos atuais sobre a conceituação de identidade. Depois, passaremos a explorar as temáticas de territórios, territorialidade e fronteiras. Apesar de serem conceitos mais relacionados com questões geopolíticas, procuraremos trazer também uma visão ampliada destes temas analisados a partir das ciências sociais. E por fim, este artigo passa a discutir de forma a identidade pessoal é construída em ambientes marcados por territorialidades fronteiriças, pois, de acordo com o que será possível constatar, as fronteiras naturais e reais não são as mesmas daquelas marcadas pelos Estados-Nação, ou seja, de alguma forma tal condição transfronteiriça deve ser considerada no estudo de identidade dessas territorialidades.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem o caráter qualitativo e a técnica de pesquisa utilizada é da pesquisa bibliográfica em autores que busquem fazer a interrelação dos conceitos de territorialidade, estado e fronteira.

1. DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE PESSOAL E SOCIAL

A origem do conceito está na filosofia, onde ele é utilizado para descrever a propriedade que algo tem de ser idêntico a si mesmo, e, portanto, diferente dos demais.



Segundo Habermas (2009), a concepção filosófica da identidade não exige que os indivíduos tenham que se distinguir uns dos outros por qualidades especiais. Também não exige que eles tenham que apresentar um padrão básico de comportamento que possibilite vê-los como um todo unitário, pois mesmo alguém que se comportasse de forma diferente a cada momento teria de ser caracterizado como idêntico a si mesmo, como portador de uma unidade.

Ao conceituar a identidade do eu, Habermas (2009) refere-se ao indivíduo como sendo capaz de construir novas identidades a partir de identidades fragmentadas ou superadas, mas que se tornam de tal maneira integradas, que o tecido das interações se organiza na forma de uma biografia que pode ser atribuída como sua. Isso ocorre sempre que o indivíduo assume a sua própria biografia e se responsabiliza por ela, utilizando a narrativa para voltar-se a si mesmo e suas interações.

Outro autor, Erik Erikson (1987), dentro de uma concepção mais psicológica e psicanalítica, apresenta uma visão de identidade que tem seu início na infância do indivíduo e que, juntamente com seu crescimento, vai se desenvolvendo através de crises que ele enfrenta, sendo a principal delas na adolescência. Trata-se de um processo localizado no âmago do indivíduo e, entretanto, também no núcleo central da sua cultura coletiva. Essa cultura coletiva refere-se também ao conjunto, cada vez mais amplo, de identificações que o indivíduo faz.

Para Castells (2008, p.23), identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. O autor define significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. O significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais), autossustentável ao longo do tempo e do espaço.

Há ainda a questão existencial que a auto-identidade pode fornecer, por estar mesclada com a natureza de que o indivíduo fornece de si mesmo. Não é possível encontrar a identidade de uma pessoa no comportamento nem nas reações dos outros. Ela é encontrada na capacidade do indivíduo em manter em andamento uma narrativa particular, um contínuo do desenvolvimento pessoal e da biografia particular (GIDDENS, 2002).

Assim, a pessoa com senso mais desenvolvido de auto-identidade tem a sensação de continuidade de sua biografia e é capaz de comunicar essa continuidade a outras pessoas. Fica evidente sua identificação e características para si e para os outros. Essa sensação de estabilidade é vista, ainda, com outras repercussões, segundo Giddens (2002, p.56):

“Uma sensação estável de auto-identidade pressupõe os outros elementos da segurança ontológica – uma aceitação da realidade das coisas e dos outros – mas não é diretamente derivável deles. Como as outras dimensões existenciais da segurança ontológica, a sensação de auto-identidade é simultaneamente sólida e frágil. Frágil porque a biografia que o indivíduo reflexivamente tem em mente é só uma “estória” entre muitas outras estórias potenciais que poderiam ser contadas sobre seu desenvolvimento como eu; sólida porque um sentido de auto-identidade muitas



vezes é mantido com segurança suficiente para passar ao largo das principais tensões e transições nos ambientes sociais em que a pessoa se move.”

Hall (2006) apresenta uma proposta de desenvolvimento da concepção da identidade ao longo do tempo. Para o autor, há três concepções muito diferentes relacionadas à identidade, que são o sujeito do Iluminismo (sujeito unificado e coeso), o sujeito sociológico (sujeito relacional) e o sujeito pós-moderno (sujeito descentrado).

Segundo Hall (2006, p.10), o sujeito do Iluminismo está baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e como ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico - a ele, a identidade do sujeito está baseada em uma compreensão basicamente individualista.

Outra concepção de análise da identidade, segundo Hall (2006), está no sujeito sociológico. Com o nascimento da biologia darwiniana e de novas ciências sociais como a psicologia e a sociologia, nasce a compreensão da concepção do sujeito apoiada nas relações sociais, internalizando o exterior e externalizando o interior. Essa concepção está apoiada também na crescente complexidade do mundo moderno e na consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formada na relação com “outras pessoas importantes para ele”.

O sujeito sociológico é, segundo Hall (2006, p.11), visto como um ser social que interage com o mundo exterior, construindo seu núcleo interior. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior, que é o “eu real”, mas são formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nesse sentido, a identidade sociológica preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. Essa visão de sujeito sociológico aproxima-se mais das concepções apresentadas por Habermas (2009), Giddens (2002) e Erikson (1987).

Na terceira concepção de identidade, temos a análise do sujeito pós-moderno. Para Hall (2006, p.12), no sujeito pós-moderno não se pode falar em uma identidade, mas de várias, algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas. O sujeito, antes visto como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Esse processo produz o sujeito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas nas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis. Referida visão do sujeito pós-moderno e sua identidade também foi ampliada por outros autores: Giddens (2002) e Baumann (2004).

Na modernidade, ao contrário de outros tempos, conforme afirma Giddens (2002, p.79), a identidade não está mais relacionada à tradição, o que fica em evidência é a individualidade, ou seja, esta época é conhecida como um rompimento da história, e cada pessoa passa a ser responsável por si mesma e pelas próprias definições identitárias, não mais



cabendo ao Estado ou a qualquer outro ente a definição. Para isso, a modernidade apresenta diariamente uma infinidade de opções que devem ser selecionadas pelo indivíduo, de acordo com o seu estilo de vida, ou seja, o conjunto de hábitos e orientações que forma a unidade ordenada do indivíduo.

Para a compreensão da identidade na modernidade, temos o sociólogo polonês Zygmunt Baumann que, ao abordar a temática, traz reflexões do tema relacionado aos processos da modernidade líquida, a era da globalização. Identificar-se dá espaço a um destino conhecido, que não pode ser influenciado, muito menos controlado. Para Baumann (2004, p.16), as pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”. Ou seja, a tarefa da busca da identidade na modernidade é uma utopia frente à complexidade das relações e a perenidade da existência.

Para o sociólogo, neste mundo novo de oportunidades fugazes e seguranças frágeis, as identidades vistas do modo antigo, como rígidas e inegociáveis, simplesmente não existem. Sobre essa impossibilidade da identidade na modernidade, Baumann (2004, p. 17), expõe esta condição:

“Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada às vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.”

Procurando ampliar como ocorre a interação entre indivíduo e sociedade, discutimos a abordagem do autor do livro “Identidade Social”, Richard Jenkins (2008). Ele propõe que o estudo da identidade, ou identificações, pode ser entendimento através de três ordens, a saber: a individual, a de interação e a institucional.

Sob essa abordagem, o autor afirma que a construção da identidade do sujeito se dá a partir do seu nascimento, ou seja, ao entrar no mundo o indivíduo entra em contato com identidades que já existem antes mesmo da existência dele e a partir das identificações ele vai criando sua identidade pessoal. Assim, o autor afirma que durante a infância o indivíduo cria um trabalho em favor da identificação com os outros, ou seja, a identidade está no “mundo do outro”. E, juntamente com o desenvolvimento, o indivíduo vai interagindo com outras pessoas e moldando sua identidade, ocorrendo, com a interação, a formação dos grupos onde pessoas com identidades semelhantes se encontram.

De acordo com Jenkins (2008), as identidades não são inatas, não nascem conosco, precisam ser construídas e a construção passa pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade.

Assim, se dá a conexão entre a identidade individual e a identidade institucional, com o fato dos indivíduos terem algo subjetivo que compartilham, formando a sociedade. Para Jenkins (2008, p.157), as instituições são parte integrante de nossas vidas, pois elas definem o



modo como as coisas devem ser e, por consequência, a vida humana se dá através das interações que estabelecemos entre o nível individual e o institucional. Esse nível individual é o resultado das socializações primárias que formam ao longo do tempo uma identidade mais durável. Já as instituições, para o autor, representam a ordem coletiva e formam um conjunto de regras e características, sendo consideradas fluidas, contingentes e passíveis de negociação.

Portanto, a identidade se dá através das interações entre a ordem individual, resultado da socialização primária e a ordem institucional, através dos grupos. E a conexão entre essas duas ordens é feita pelo nível da interação. Ou seja, o conjunto das ordens individual, institucional e interação é que, de fato, formará as identificações e constituirá o sujeito. Por meio de um conjunto de significados e identificações os indivíduos se ligam a grupos e pelo nível da interação passam a ligar o conjunto das suas representações (ordem individual) com as representações coletivas (ordem institucional) (JENKINS, 2008).

Com a abordagem de Jenkins (2008), temos que a identidade se dá a partir da interação entre o nível individual e o nível institucional, que fornece o conjunto de regras e suposições. Assim, ao mesmo tempo em que a identidade é um fenômeno individual, também é social e carece do grupo para sua construção.

2. DO CONCEITO DE TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS

Após discutir o conceito de identidade para diferentes autores, vamos analisar agora os conceitos de território, territorialidade e fronteira. É possível verificar na literatura autores que procuram relacionar os conceitos de territorialidade de identidade, entretanto abordaremos aqui o que se compreende por territorialidade e fronteira, para que, no próximo tópico, possamos realizar uma abordagem teórica que procure relacionar as territorialidades, as fronteiras com o desenvolvimento e construção da identidade.

Vamos procurar apresentar o conceito de território e de territorialidade que alguns autores clássicos trazem. O primeiro deles será o conceito de Jean Gottmann (1980), para ele a compreensão de território se dá a partir do resultado das ações de cada sociedade demarcando e controlando o espaço, seja ela demarcação jurídica, cultural e econômica. Isso traz para a discussão a soberania do Estado (em função da segurança) e para a interdependência no nível internacional. Já o conceito de territorialidade corresponde à circulação (favorece a fluidez) e à iconografia (símbolos religiosos e políticos). Também engloba a vinculação à ação do Estado, ao mercado, aos regionalismos e à ação de uma autoridade. Percebe-se na ênfase dessas definições o caráter do Estado nas relações territoriais e a divisão política do espaço.

Já outro autor que discute os conceitos de territorialidade e territórios é Claude Raffestin (1984), que define o território como fronteiras e frentes de ocupação e povoamento, desde os aspectos econômicos e geopolíticos. O território é resultado das relações de poder multidimensionais, um produto histórico, relacional e material. Para o conceito de territorialidade, Raffestin aborda que significa relações de poder: alteridade e exterioridade, relações biossociais e múltiplas. Corresponde ao espaço vivido espaço-temporalmente. Nessa



abordagem, vemos o enfoque relacionar e reticular, destacando o papel das redes, nós e relações de poder que se estabelecem para formar uma territorialidade.

Francesco Indovina e Donatella Calabi (1974) conceituam o território como produto e condições das relações capitalistas de produção junto com a atuação do estado. Resultado do uso e da apropriação do espaço para produção, circulação, valorização do capital e reprodução dos trabalhadores. E o conceito de territorialidade segue o mesmo enfoque, destacando a relação capital-trabalho, vinculada à reprodução e valorização do capital. Percebe-se nessas definições a influência de autores como Marx e Castells, em uma abordagem materialista, relacional e com caráter político de denúncia bem definido.

Para finalizar essa conceituação de território e territorialidade, trazemos a concepção de Saquet (2015, p.107), que aponta a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitividades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta ou simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias,...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

A territorialização, ou apropriação do espaço pelo indivíduo, também foi abordada por Pimentel e Carrieri (2011, p.15):

“É importante salientar que toda territorialização (e seu movimento inverso, a desterritorialização) pressupõe uma espacialidade, embora nem toda espacialidade corresponda à territorialização do espaço. Isso porque a territorialização pressupõe práticas de apropriação e exclusão, tendo como lógica subjacente a competição. Já a espacialidade como prática social de relacionamento com o espaço pressupõe somente apropriação. Esta pode ocorrer, por exemplo, de forma compartilhada (no caso de bens públicos) ou simbólica, em relação a bens e espaços, como ocorre no turismo. A diferença, que parece apenas semântica, traduz-se de maneira mais contundente quando se analisa, por exemplo, a polaridade entre espaços públicos e privados. Enquanto aqueles estão submetidos à lógica de apropriação coletiva e da solidariedade (ROUSSEAU, 2006), que reforça os laços entre os membros de uma comunidade, já que todos podem se apropriar de algo comum; estes últimos (espaços privados) pressupõem uma lógica de apropriação por meio da exclusão, onde algo só pode ser apropriado se for expropriado de outros. Reconhece-se aqui a relevância da apropriação do espaço pela lógica da exclusão. Contudo, ela faz parte de um quadro mais amplo de relações sociais com o espaço – da “espacialidade” – (SOJA, 1998), que tende a promover uma lógica de apropriação não necessariamente de exclusão, mas, antes, inclusiva.”

Ainda na visão de Pimentel e Carrieri (2011), portanto, essa apropriação envolve a incorporação do espaço físico pelo indivíduo, atribuindo-lhe significados subjetivos e, dessa forma, traduzindo-se no uso desse espaço carregado de marcas individuais e identitárias.



Assim, a apropriação está intimamente ligada à maneira como o espaço é incorporado pelo indivíduo, que, por sua vez, irá caracterizá-lo de acordo com seus traços e marcas pessoais e identitários.

Segundo Gomes-da-Silva e Wetzel (2006, p.5), a incorporação do espaço:

“Trata-se de um conceito não relacionado apenas ao espaço material ao redor do corpo, à esfera que contém os movimentos ou atividades físicas, mas também às distâncias mantidas nas relações sociais [pelas quais] os indivíduos tendem a preservar o seu espaço pessoal e a definir a sua forma de interação com os outros, [o que varia] em função da personalidade dos sujeitos, de fatores individuais, tais como idade e *status* social, de fatores interpessoais, tais como atração, de fatores situacionais (elementos físicos ligados ao contexto) e de fatores culturais.”

Conforme também abordam Souza e Pedon (2007), a relação que se estabelece entre identidade e território cria a forma de um constante processo em movimento, que vai se constituindo ao longo do tempo e tem como seu principal elemento o sentimento de pertencimento ou apropriação do indivíduo ou do grupo junto ao seu espaço de convivência ou sua localidade. O que torna o caráter de território ao espaço é esse sentimento de apropriação do espaço enquanto local de práticas, da cultura e da interação do indivíduo com a sociedade. Nesta relação é que o indivíduo vai criando suas identificações com o espaço e com tudo mais que está a sua volta. O conhecimento dessa ordem simbólica, por meio de suas manifestações materiais e imateriais, poderia esclarecer as relações que os atores sociais estabelecem com o espaço e entre si mesmos.

Na visão de Souza e Pedon (2007), a estrutura espaço-território-identidade parte do enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade estabelecida pelo indivíduo que torna o espaço um território onde sua identidade pessoal se consolida a partir de aspectos culturais e sociais criados e estabelecidos nas rotinas de vida.

Eis a visão ampliada por Costa (1988, p.78):

“O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte é pertinente a afirmação de que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se vêem ameaçados a perdê-la”.

No referido trecho, Costa (1988) destaca a relação direta que o espaço tem no momento em que um conjunto de dimensões culturais e simbólicas o transforma em território, sendo criado a partir das realidades dos indivíduos que vão conferindo sentido ao espaço. Através das atuações e manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais o indivíduo vai ampliando a relação identidade-território e passa a identificar aquele espaço enquanto uma extensão da sua própria identidade ou algo que justifica sua essência enquanto indivíduo. Segundo Rebouças (2000), a mudança incide sobre os modos de ocupação e apropriação do



espaço, sobre o universo de práticas econômicas e sociais, os valores e representações vinculados ao ecossistema local, seu conhecimento acumulado sobre os usos materiais e simbólicos da natureza.

Procurando fazer uma conexão entre o território, territorialidade e a questão de fronteira é importante discutirmos a noção e o papel do Estado neste sentido. Bourdieu (1996, p.97) afirma que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto de uma população correspondente. Ou ainda, o autor afirma que o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensar que estão para o pensamento culto assim como as formas primitivas de classificação...contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional – ou, em linguagem tradicional, o caráter nacional (BOURDIEU, 1996).

Sendo assim, é importante compreendermos a questão das fronteiras a partir da lógica do Estado em impor divisões, criando o monopólio do uso da violência dentro de uma perspectiva de segurança ou mesmo dentro de uma visão econômica de limites e questões envolvendo uma ordem tributária.

Para ampliar a compreensão do Estado, Bourdieu (1996, p. 99), traz as seguintes ideias:

“O estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército e polícia), capital econômico, capital cultural ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores. A concentração de diferentes tipos de capital (que vai junto com a construção dos diversos campos correspondentes) leva, de fato, à emergência de uma capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer poder sobre os diversos campos e sobre diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores).”

Passaremos, agora, discutir os conceitos de fronteiras, sendo possível encontrar uma diversidade de autores que procuram estudar e definir o que é a fronteira. Newman e Anssi Passi (19998) abordam que a linguagem, que está se discutindo fronteiras, vem mudando ao longo do tempo. Quando falamos em fronteirização, a fronteira pode ser vista como dispositivo de regulação dos processos de inclusão-exclusão, basicamente se referindo à fronteira estatal. Entretanto, hoje se discute fronteira do ponto de vista multidimensional, compreendendo as relações de poder e manifestação territorial que estão dispostas.

O autor Costa (2008), ao refletir sobre questões de fronteira, aborda que elas devem ser vistas mais como zonas do que como linhas. Ao olharmos a fronteira enquanto zona, além das questões inerentes ao Estado, as questões econômicas de circulação de mercadorias e políticas devem ser consideradas. As fronteiras para Costa (2008) constituem zonas vivas ou



naturais, identificadas por elementos físicos, ou artificiais, apresentadas pela visão geopolítica do estado.

Cury (2010, p.61) aponta que toda fronteira é uma demarcação política representativa da dominação do Estado, mesmo como um traço físico de territórios. É um campo de forças, de disputa, seu estabelecimento sempre envolverá negociações ou conflitos entre os Estados envolvidos.

Para Bourdieu (1996, p. 114), “a *regio* e as fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território, em impor definição (outro sentido de *fines*), legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social”.

Segundo Arraiga-Rodrigues (2014), analisando o autor Gottman, afirma que o limite territorial é juridicamente uma linha-limite e a fronteira é uma zona de interação humana. Entretanto, ambos são espaços geográficos periféricos, cuja origem é resultado da partição da geografia do planeta e a sua primeira função é diferenciar os compartimentos que tenham sido divididos no mundo, no caso os territórios.

Bourdieu (1996), p. 130, também traz sua visão de fronteira:

“Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne. Cada um está de acordo em notar que as regiões delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanho de terra, etc) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada tem de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.”

A literatura brasileira sobre fronteiras, conforme aborda Dorfman (2015), relaciona basicamente três elementos: o primeiro um caráter didático-descritivo, que busca teorizar sobre os traçados, litígios e a consolidação territorial pelo qual passam a fixação das fronteiras no país. Em segundo lugar o caráter teórico, que buscam apresentar exercícios de classificação, diferenciando fronteiras de limites, fronteiras esboçadas, vivas ou mortas e de acumulação. O terceiro tipo de textos sobre fronteiras está relacionada com o caráter estatutário, ou seja, busca-se estudar os acordos, regulamentos, regimentos ao processo de territorialização e ocupação das fronteiras no Brasil.

Finalizando esta etapa do artigo, foi possível compreender as relações entre território, territorialidade, Estado e fronteira, ou seja, podemos oferecer uma panorâmica dos estudos



sobre como ocorre a incorporação do espaço pelo indivíduo e o papel que o Estado desempenha neste sentido, principalmente ao delimitar fronteiras artificiais.

3. A DIMENSÃO DA IDENTIDADE NOS CONTEXTOS DE FRONTEIRA: A ANÁLISE DO TRANSFRONTEIRIÇO

Como vimos, é possível estabelecermos relação em territorialidade e identidade, ou seja, a forma como os indivíduos se apropriam do espaço onde vivem constitui ou altera as identidades pessoais. Se adotarmos a perspectiva pós-moderna da identidade, o indivíduo passa a constituir várias identidades, relativas ao modo como se apropria de costumes, hábitos e componentes da cultura dos territórios em que habita.

Na visão de Santos (2001, p. 32), temos que compreender que terra e território têm relação direta com identidade, *ethos*, cultura, organização social e economia dos diferentes grupos. Não é possível, assim, pensar na sobrevivência biológica e na reprodução cultural desses grupos sem que se lhes assegure, pelo menos, parte de suas terras de ocupação imemorial.

Bourdieu (2006, p. 113) procura fazer uma discussão sobre as questões territoriais do regionalismo e a luta pela identidade social ou mesmo nacional:

“O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas, ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social. [...] O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional).”

Entretanto, temos que apontar uma nova direção para os estudos que buscam relações entre identidade e territorialidade, que é a inclusão da categoria fronteira. Ou seja, o que queremos propor é a necessidade de uma análise mais dedicada e específica dos contextos identitários em territórios fronteiriços. As identificações que ocorrem em indivíduos que ocupam espaços de fronteiras são muitas mais intensas e apresentam características específicas relacionados ao contexto fronteiriço. Esta é a nova dimensão do estudo da identidade: *adotar a proposição de uma categoria identitária transfronteiriça*. Vejamos alguns elementos que fazem parte deste conceito.

Se pensarmos em fronteira, conforme nos indica Hissa (2006), normalmente associamos as ideias de divisão, muros, intransponibilidade, entretanto o espaço vivido pelos indivíduos que habitam a fronteira é mais amplo e complexo do que as delimitações possam



determinar. É comum nestes estudos de fronteiras reassaltarmos, conforma aponta o autor, a dicotomia geográfica do “nós e eles”, mas é impossível pensarmos aspectos sociais e subjetivos dentro desta mesma dicotomia. Foucault (2009, p. 24) aborda a questão da comunicação entre diferentes territórios: “são convenientes às coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo de outra”.

Bourdieu (1996, p.112) contribui para essa discussão, sobre a busca de elementos objetivos para determinação de uma identidade regional:

“A procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que agentes investem seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.”

Entretanto, como apresentamos neste artigo, as fronteiras naturais não são respeitadas pela criação de divisões ou de fronteiras artificiais pelo Estado. Podemos ver as fronteiras como regiões ou zonas do que apenas linhas divisórias formais. Nesse sentido, a construção e determinação das identidades pessoais não poderão acompanhar apenas divisão geográfica orientadas pela fronteira e pelo Estado-nação, elas funcionarão, de forma mais ampla, tal como o conceito de fronteira natural.

Com esta visão podemos analisar o conceito de transfronteiriço. Compreendermos um território transfronteiriço como aquele que pelo menos uma parte da sua fronteira se encontra com outra fronteira internacional. Além da sua definição geográfica, a análise do transfronteiriço pode ser ampliada para as relações sócias, culturais, políticas e populacionais. Segundo Cury (2010, p.57), os grupos que ocupam este território de acordo com os modelos e regras definidas pelo corpo e mundo socioespacial deles, aliadas à historicidade regional, associados à interação política, ambiental e econômica, resultam num complexo relacionamento entre as bases estruturais e suas subjetividades – próprias de cada povo.

Ainda na visão de Cury (2010, p. 58), nas questões fronteiriças, a formação do Estado-Nação e a força das redes estabelecidas nas áreas de fronteira geram um novo ordenamento, mais do que territorial, mas também social – um redesenhar do mapa do mundo num lugar escolhidos por migrantes.

Cury (2010, p.20), ao propor em sua tese a análise do Território Transferonteiriço do Iguaçu, faz uma análise do que compreende a transfronteiricidade:

“...as TTI e suas dinâmicas que são mais do que uma simples denominação, mas que estabelecem uma região geográfica que extrapola seu lugar, fazendo com que pessoas e instituições de outros lugares enxerguem a referida região como um todo geográfico ou como um espaço geográfico distinto, com identidade própria. Porém,



constata-se que pouco se vem fazendo em termos de propostas de integração, inclusive em coisas mais singulares, como a singela convivência harmoniosa e sustentadora entre seus habitantes, dependendo sempre de políticas públicas, no caso, culturais. Não se trata de fronteira sem que se considerem as miscigenações entre os povos residentes nessas territorialidades transfronteiriças. Além disso, a partir dessa integração cultural, verifica-se a formação de novos hábitos e costumes, constituintes de um patrimônio transnacional e contribuidores para a formação sociocultural, que dão unidade em meio à diversidade regional.”

Logo, podemos considerar para a análise das regiões de fronteira, o conceito de transfronteiriço, ou seja, ampliamos a análise para além da fronteira artificial, compreendendo o funcionamento econômico, social e cultural de tais regiões. Sendo assim, podemos propor o estudo da *Identidade Transfronteiriça* como forma de analisar o conjunto de determinantes presentes em uma determinada territorialidade, que (re)constrói identidades pessoais.

Podemos definir a *Identidade Transfronteiriça* como aquela forjada, construída, constituída a partir de uma territorialidade transfronteiriça, ou seja, de um espaço onde as fronteiras naturais ocupadas pelos indivíduos não estão necessariamente sobrepostas com a fronteira artificial, criada pelo Estado-nação, e é nessa territorialidade transfronteiriça que o indivíduo faz as suas apropriações e (des)identificações de elementos culturais, sociais, linguísticos, morais e políticos presentes.

Como hipótese, podemos considerar que cada indivíduo experimenta de uma forma diferente a transfronteiridade na constituição da sua identidade pessoal, mas não há como negar uma influência dessa “conturbação” social e cultural. Cada país cria seus elementos identitários como forma de se criar e afirmar uma identidade nacional, como, por exemplo, nas questões linguísticas, símbolos, moeda e etc... Por outro lado, a vida na *transfronteira* agrega elementos que apontam para uma diversidade e miscigenação destes mesmos componentes, o que altera a constituição identitária do indivíduo.

Nessa categoria de identidade, vemos uma possibilidade de superar as lutas das classificações e do monopólio de ver e fazer crer, que Bourdieu (2006, p.113) aborda em seus textos:

“As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito das propriedades (estigmas e emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de impor uma definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos.”

Sendo assim, a *Identidade Transfronteiriça* apresenta-se como conceito teórico, a partir da construção teórica deste artigo e de um diálogo possível entre as literaturas da identidade, dos territórios, das territorialidades e das fronteiras. Fazem-se necessários estudos



empíricos que possam buscar compreender como se dá a constituição de *Identidades Transfronteiriças*.

4. CONCLUSÕES

Este artigo teve como principal objetivo discutir novas dimensões e interrelações aos conceitos de identidade, território, territorialidade e fronteiras. Para isto apresentou-se definições teóricas a respeito desses constructos enfocando as suas possíveis conexões. Verificou-se que a teoria já traz a questão da territorialidade ligada ao processo de identificação e definição das identidades dos indivíduos que ocupam determinado espaço. Entretanto, não é possível encontrarmos evidências de autores que procuram estudar tal contexto em territorialidades marcadas por fronteiras.

Temos a fronteira natural como o espaço social, relacional e cultural formada por sobreposições e junções que perpassam o cotidiano dos indivíduos que habitam esses lugares, ao contrário da fronteira artificial, definida por um Estado-nação, na perspectiva de fixação de limites geográficos, econômicos, tributários e legais. Trazendo esta ideia de fronteira natural ou da transfronteiricidade, propomos neste artigo forjar o termo *Identidade Transfronteiriça* para estudar o processo de formação das identidades pessoais de indivíduos que experimentam em seu cotidiano a realidade de uma fronteira.

Com a Identidade Transfronteiriça temos condições de analisar, com mais realismo, como se dá o dinâmico processo de (re)construção de identidades pessoais em territorialidades marcadas pela fronteira. Só quem vive a fronteira consegue compreender que o processo de (des)identificações, conflitualidades, redes, desigualdades e diferenças ultrapassa, nesse caso, os limites da fronteira artificial, da identidade nacional, para constituir uma identidade que predomina nas relações da transfronteiricidade. Cada indivíduo vivencia a condição transfronteiriça de uma forma específica, própria da sua subjetividade e das experiências que acumula ao longo da vida, mas precisamos admitir que a vida na fronteira e suas peculiaridades merecem uma categoria de estudos identitários.

5. REFERÊNCIAS

BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e gênese de classe**. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.



BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CURY, M.J.F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)**: interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia. Curitiba, 2010.

DORFMAN, Adriana. Panorama, percurso e possível agenda para os Estudos Fronteiriços brasileiros. In: Dorfman, Adriana (Org.) **Anuário Unbral p das fronteiras brasileiras 2014**. Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências – UFRGS, 2015.

ERIKSON, Erik H. **Identidade**: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FERNANDES, Karina; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção da identidade dos indivíduos na organização. **Revista de Administração Contemporânea**. São Paulo, v.10, n.1, p.55-72, jan/mar. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France**. São Paulo : Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES-DA-SILVA, J. R.; WETZEL, U. A construção de um quadro analítico sobre as significações de espaço no contexto das mudanças organizacionais. In: **Anais do Encontro**



Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006.

GOTTMANN, J. confronting centre and periphery. In: GOTTMANN, J. (Org.) **Centre and periphery – spatial variation in politics**. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **A lógica das Ciências Sociais**. São Paulo, Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: U.F.M.G., 2006.

INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. Sull'uso capitalístico del territorio. In LUSSO, G. (Org.) **Economia e Territorio**. Milano: Angeli, 1974.

JENKINS, Richard. **Social identity**. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

MESQUITA, Zilá. **Antenas, redes e raízes da territorialidade**. São Paulo: USP, 1992, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, nº1, p.1-21, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1994.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A reprodução social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, E. A.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n.6, p. 126-147, Novembro, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.